

EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS, EMPREGO E POBREZA

Yasfir Ibraimo

INTRODUÇÃO

A economia de Moçambique tem sido constantemente referenciada, pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, como um exemplo de sucesso na implementação e gestão das suas políticas macro-económicas, com destaque para a promoção do rápido crescimento económico (na última década e meia, o Produto Interno Bruto de Moçambique cresceu, em média, 7,5% ao ano) e estabilização da taxa de inflação (desde 2002 a taxa de inflação tem estado a um dígito, isto é, cerca de 7,5% ao ano). No entanto, este quadro macro-económico, tão felicitado internacionalmente, não se tem reflectido na redução dos níveis de incidência de pobreza e na melhoria do bem-estar da população. De acordo com a Terceira Avaliação Nacional de Pobreza, o país ainda continua com altos níveis de pobreza, estando actualmente em 54,7% (MPD, 2010, p. 28). Estudos de Castel-Branco (2010, 2012b) e Wuyts (2011a) mostram que, nos últimos 10 anos, o número de pessoas pobres aumentou em cerca de 2 milhões, com uma tendência para aumentar a severidade da pobreza, a produção alimentar *per capita* deteriorou-se, em média, 0,7% ao ano, o investimento em produção alimentar para o mercado interno foi aproximadamente 1% do investimento privado total, a criação líquida de novos empregos foi de aproximadamente zero por cento. Wuyts (2011a) mostrou que, de 2002 a 2009, em média, a inflação dos bens alimentares foi aproximadamente de 11,3% ao ano e superior à inflação dos bens não alimentares, que para igual período foi, em média, 7,6% ao ano.

Para reverter este quadro pouco animador, o Governo de Moçambique (GdM) colocou como principal desafio gerar um crescimento económico inclusivo e reduzir

os níveis de incidência de pobreza e vulnerabilidade no país. Para responder a este desafio, várias áreas de intervenção, com base em política pública, têm sido identificadas, com principal destaque para a agricultura. Por exemplo, como Oya (2012, p. 405) constatou no seu estudo, no Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011 – 2014, o único sector produtivo que é destacado é o da agricultura e pescas, onde, segundo este plano, é o que tem maior potencial para reduzir a pobreza, pelo simples facto de que um grande número de “pobres” vive directa e indirectamente da agricultura. Nesta perspectiva, existe uma intenção de política pública de reduzir a pobreza com base na agricultura. Isto é, na óptica do governo, existe uma ligação directa, linear e automática entre a agricultura e a redução da pobreza, que na expectativa do governo poderá ser materializada pela (i) produção de produtos alimentares básicos para a população e (ii) geração de emprego através do desenvolvimento de uma agricultura comercial de grande escala voltada para a produção de produtos primários para exportação. Esta visão do governo está reflectida nos vários documentos de política, com destaque para os Parpas, Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA) e o PACTO para o Desenvolvimento do Sector Agrário em Moçambique no contexto do Programa Compreensivo de Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP).

Este artigo levanta e faz a discussão em torno de duas questões, nomeadamente (i) qual é a abordagem do governo em relação à ligação entre a agricultura e a redução de pobreza? (ii) até que ponto esta estratégia é consistente com as dinâmicas de acumulação em Moçambique? Neste artigo argumenta-se que a abordagem do governo em relação a ligação entre a agricultura e a redução de pobreza, através da geração de emprego e da produção de produtos alimentares, é feita de forma dualista, isto é, olha-se para estes dois mecanismos de forma separada enquanto, de facto, existe uma relação orgânica entre eles. Um outro argumento desenvolvido no artigo é de que as intenções do governo e as dinâmicas económicas reais são distintas, isto é, não há uma convergência entre os documentos de política e as dinâmicas económicas em Moçambique.

Para responder às questões aqui levantadas e sustentar o argumento desenvolvido neste texto, o artigo estrutura-se, para além desta introdução, em quatro secções. A primeira secção faz uma discussão sobre as políticas públicas para a redução da pobreza e as dinâmicas de acumulação em Moçambique. A segunda secção faz uma discussão sobre a relação entre a geração de emprego e a produção de comida. A terceira secção fala das condições de emprego que estão a emergir. A quarta e última secção apresentam as conclusões do artigo.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REDUÇÃO DA POBREZA E AS DINÂMICAS DE ACUMULAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: CONSISTENTE OU INCONSISTENTE?

De acordo com a Constituição da República de Moçambique, a agricultura é considerada a base do desenvolvimento. Portanto, na perspectiva do GdM, a agricultura é vista como um sector estratégico para reduzir a pobreza. Esta secção levanta e faz a sua discussão à volta de duas questões, nomeadamente (i) como é que o governo, na sua estratégia, estabelece a ligação entre a agricultura e a redução de pobreza e (ii) até que ponto esta estratégia é consistente em si e com as dinâmicas de acumulação em Moçambique. O argumento desenvolvido nesta secção é de que existe uma inconsistência na estratégia do governo para reduzir a pobreza. Por um lado, porque os mecanismos de ligação entre a agricultura e a redução da pobreza, por meio da produção de produtos alimentares básicos para a população e a geração de emprego através da expansão de produtos primários para exportação, são vistos de forma separada, enquanto existe de facto uma relação orgânica entre eles. Por outro lado, as intenções da política pública de reduzir a pobreza com base na agricultura são inconsistentes com as dinâmicas de acumulação em Moçambique.

O GdM definiu como seu principal objectivo gerar um crescimento económico inclusivo e reduzir os níveis de incidência da pobreza e vulnerabilidade no país. Esta intenção está referida nos vários documentos de política, como por exemplo, ao longo dos três Parpas.¹ Para alcançar tal objectivo, são identificadas várias áreas de actuação para onde serão direccionados os esforços da acção governativa, com principal destaque para a área da agricultura, através da qual o governo pretende gerar dinâmicas de redução da pobreza. Por exemplo, no PARP 2011 – 2014 o governo concede uma especial atenção à agricultura familiar de pequena escala. Em outras palavras, existe, na óptica do governo, uma ligação directa, linear e automática entre a agricultura e a redução da pobreza (GdM, 2001; GdM, 2006; GdM, 2011).

De acordo com a lógica de argumentação do governo, o objectivo de reduzir a pobreza com base no investimento na agricultura é fundamentado por razões já bem conhecidas, tais como (i) a maior parte da população de Moçambique vive nas zonas rurais, (ii) cerca de 88% dos agregados familiares praticam a actividade agro-pecuária e esta actividade emprega mais de 81% da população total, (iii) é nas zonas rurais onde há maior incidência da pobreza e (iv) o facto de a pobreza em Moçam-

¹ O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I) vigorou de 2001-2005, o PARPA II vigorou de 2006-2009 e posteriormente este plano passou a designar-se Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) que vai de 2011-2014.

bique ser caracterizada como sendo alimentar. Neste contexto, na abordagem do governo, a ligação entre a agricultura e a redução da pobreza é feita através de dois mecanismos. Primeiro mecanismo, produção de produtos alimentares básicos para a população de forma a reduzir a fome. Aqui, destaca-se o papel fundamental atribuído à produção do sector familiar de pequena escala. Segundo mecanismo, geração de emprego através do desenvolvimento de uma agricultura comercial de grande escala voltada para a produção de produtos primários para exportação, com base na atracção de investidores nacionais e estrangeiros. Espera-se que, com este último mecanismo, possam ser criadas dinâmicas de geração de emprego assalariado e de rendimentos, a partir da criação de empresas agrícolas e do surgimento de produtores locais, associações de produtores ou *contract farming*.

QUADRO 1 OBJECTIVOS E ÁREAS PRIORITÁRIAS DOS PAPPAS

	PARPA I (2001 - 2005)	PARPA II (2006 - 2009)	PARP (2011 - 2014)
OBJECTIVOS	Redução substancial dos níveis de pobreza em Moçambique através de medidas para melhorar as capacidades e as oportunidades para todos os moçambicanos, e em particular os pobres.	Reduzir os níveis de pobreza absoluta e promover o crescimento económico rápido, sustentável e abrangente.	Combate à pobreza e promoção de cultura de trabalho com vista ao alcance do crescimento económico inclusivo e redução da pobreza e vulnerabilidade no País.
ÁREAS PRIORITÁRIAS	AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	DESENVOLVIMENTO RURAL	AUMENTO DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRÁRIA E PESQUEIRA
	O objectivo principal do desenvolvimento rural é o incremento de oportunidades geradoras de rendimentos, particularmente para o sector familiar. A geração de rendimentos depende de avanços agrários que estimulem o aumento da produtividade, mas também e, fundamentalmente, de acesso aos mercados.	Assegurar o envolvimento activo e directo das famílias rurais pobres no crescimento rápido da economia e garantir que a economia agrária contribua directamente para a redução da pobreza.	A produção agrícola e pesqueira, em particular a familiar, é crucial para a segurança alimentar e nutricional e o bem-estar da população.
	A estratégia de desenvolvimento rural e da agricultura concentrar-se-á, também, na aplicação da política de segurança alimentar, fundamental para a redução da pobreza e de factores de risco dos pobres.	Os objectivos para a área do desenvolvimento rural são: (i) promover políticas que contrariem o êxodo rural resultante da falta de oportunidades locais de desenvolvimento de actividades comerciais que permitem às famílias rurais melhorar as condições e padrão de vida dos seus membros, (ii) contribuir para a manutenção do crescimento económico rápido e abrangente, sendo que a médio prazo o crescimento tenha um maior contributo da economia rural, (iii) alterar o padrão de acumulação de capital na economia nacional e (iv) romper o ciclo vicioso da pobreza humana rural, através da melhoria da produtividade, competitividade, eficiência e qualidade do capital humano nas áreas rurais, através dos apoios directo, explícito e massivo à pequena e média empresa capaz de transformar o campo.	

	PARPA I (2001 - 2005)	PARPA II (2006 - 2009)	PARP (2011 - 2014)
ÁREAS PRIORITARIAS (continuação)	Expansão do sector agrário numa base inclusiva, assente fundamentalmente nos produtores do sector familiar, mas também no sector comercial.		
	PRIORIDADES PARA A AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		PRIORIDADES PARA A AGRICULTURA
	Extensão Rural		Melhorar e aumentar o acesso aos factores de produção
	Investigação		Facilitar o acesso aos mercados
	Apoio à produção agrícola		Melhorar a gestão sustentável de recursos naturais (terra, águas, pescas e floresta)
	Pecuária		
	Florestas e Fauna Bravia		
	Gestão de Terras agrárias		
	Micro-finanças		
	Comunicação Rural		
	Desenvolvimento Institucional		
	EDUCAÇÃO		PROMOÇÃO DE EMPREGO
	SAÚDE		DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA		GOVERNAÇÃO
	BOA GOVERNAÇÃO		MACRO-ECONOMIA E GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS
GESTÃO MACRO-ECONÓMICA E FINANCEIRA			

FORTE: GDM (2006, 2010, 2011)

A forma como a estratégia do governo estabelece a ligação entre a agricultura e a redução da pobreza é problemática e inconsistente com o objectivo de produzir alimentos e gerar emprego com vista a reduzir a pobreza, pelo facto de estes serem vistos de forma reparada. De facto, existe uma relação orgânica entre estes dois mecanismos, pelo que não podem ser vistos de forma separada. Por um lado, porque para gerar e expandir o emprego é necessário que os salários nominais sejam competitivos. Por outro lado, para os níveis de salários serem competitivos e, ao mesmo tempo, proporcionarem condições de vida condignas para as pessoas que trabalham, de modo que a pobreza possa ser reduzida, é necessário que haja produção e disponibilidade de alimentos básicos, variados e a baixo custo, de forma que as pessoas a eles possam ter acesso. Portanto, dada a relação orgânica entre estes mecanismos, a expansão de um em nenhum momento deve colocar em causa a expansão do outro, caso contrário haverá um desequilíbrio e o custo de produtos alimentares básicos poderá subir e, como resultado, haverá uma pressão sobre os

salários reais com tendência a reduzir, e os rendimentos provenientes do emprego não vão ser redutores de pobreza (Wuyts, 2001, 2011a, 2011b; Castel-Branco, 2012a; Ibraimo, 2012).

O Quadro 2 apresenta os objectivos gerais e específicos de algumas políticas públicas para a área da agricultura. Este quadro reforça a visão do governo em relação aos dois mecanismos de transmissão aqui referidos, onde, por um lado, o governo coloca o sector familiar como referência para a produção de alimentos e, por outro lado, faz menção à agricultura comercial como fonte de rendimento.

QUADRO 2 OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DE POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA

	PEDSA (2010 - 2019)	PNISA (2013 - 2017)	CAADP
OBJECTIVO GERAL	Contribuir para a segurança alimentar e para a renda dos produtores agrários de maneira competitiva e sustentável, garantindo a equidade social e de género.	Acelerar a produção de produtos alimentares básicos; Garantir renda para os produtores; Garantir acesso e posse segura dos recursos naturais necessários; Prover serviços especializados orientados para o desenvolvimento da cadeia de valor; Impulsionar o desenvolvimento das zonas de maior potencial agrário e comercial.	Induzir um crescimento económico baseado em evidências e centrado na agricultura como instrumento de desenvolvimento que visa impulsionar a geração de renda, eliminar a fome e a pobreza em África.
OBJECTIVO ESPECÍFICO	Aumentar a produção e a produtividade agrária e a sua competitividade.	Aumentar a produção e produtividade agrária com vista ao aumento da competitividade.	Expandir a área sob gestão sustentável da terra e irrigação.
	Utilizar os recursos terra, água, florestas e fauna de forma sustentável.	Garantir o acesso ao mercado e melhorar infra-estruturas e serviços.	Aceder ao mercado através de infra-estruturas melhoradas.
	Fortalecer as instituições agrárias.	Promover a segurança alimentar e nutricional.	Disponibilizar alimentos e reduzir a fome, aumentar a produtividade e a resposta a emergências.
	Criar um quadro legal e políticas conducentes ao investimento agrário.	Gerir os recursos (água, terra, florestas, fauna bravia e recursos pesqueiros) de forma sustentável.	Promover a investigação agrária, disseminar e adoptar tecnologias.
	Melhorar as infra-estruturas e os serviços para o mercado e a comercialização	Reformar e fortalecer as instituições institucional	

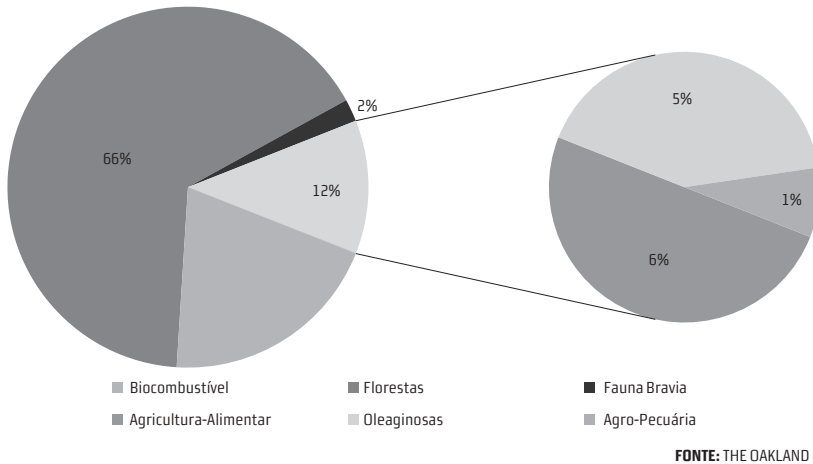
Um outro problema que surge na abordagem do governo em relação à agricultura e à redução de pobreza é a divergência entre as intenções da política pública neste sector e as dinâmicas de acumulação em Moçambique. Evidências de alguns estudos mostram que o objectivo do governo em reduzir a pobreza com base na agricultura é inconsistente com as dinâmicas de acumulação em Moçambique.

A pesquisa de Mosca & Selemane (2012, pp. 241-242) mostra que, no que respeita à agricultura, sucedem-se os programas e estratégias, mas não existe uma transformação estrutural nem uma redução do défice alimentar; mantêm-se a baixa produtividade e persiste a pouca competitividade da agricultura, resultante principalmente de políticas descontínuas, inconsistentes e incoerentes. Ainda de acordo com este estudo, o estado tem revelado uma clara decisão de não priorizar a agricultura, mas sim os sectores associados ao investimento directo estrangeiro (complexo mineral energético), e de configurar padrões externos que aprofundam a natureza extractiva da economia. Na agricultura, por exemplo, são as culturas de exportação (algodão, caju, copra, madeiras e tabaco) as que têm merecido a atenção dos centros de decisão na captação de investimento, na atribuição de Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra e licenças de exploração, no crédito, na organização institucional, entre outros aspectos.

Acrescentando a lista de estudos que mostram a divergência das intenções da política para reduzir a pobreza, o estudo de Castel-Branco & Mandlate (2012, p. 119), com base nos dados do Centro de Promoção de Investimento (CPI) em relação ao investimento aprovado no período 2000-2010 mostra que aproximadamente 50% do investimento privado foi aprovado para a exploração de recursos minerais e energéticos e cerca de dois terços do investimento em construção, transportes, energia e comunicações estão relacionados com actividades extractivas directas. Além disso, do investimento privado na agricultura, cerca de 95% foi para actividades extractivas directas, designadamente florestas, tabaco, algodão e biocombustíveis. Ainda de acordo com este estudo, o grosso do investimento na indústria (alumínio, gás e actividades e serviços de engenharia industrial para as grandes empresas do complexo mineral e energético) está também directamente associado ao complexo mineral energético, o que mostra que o investimento privado em Moçambique está sendo aplicado na reprodução e expansão da natureza extractiva da economia.

Uma outra peça de evidência, da inconsistência do objectivo de reduzir a pobreza com enfoque na agricultura, é a forma como em Moçambique é alocada a terra. Os dados do The Oakland Institute, ilustrados no Gráfico 1, mostra que 88% da terra cedida aos grandes investidores agrícolas, entre 2007 e 2009, foi destinado a actividades directamente extractivas como a produção florestal, a fauna bravia e os biocombustíveis (Castel-Branco & Mandlate 2012, p. 120).

GRÁFICO 1 PERCENTAGEM DA ALOCAÇÃO DA TERRA NOS GRANDES PROJECTOS APROVADOS NA AGRICULTURA (2007-2009)



As peças de evidências aqui apresentadas mostram que as dinâmicas de acumulação na agricultura estruturaram-se à volta da produção de produtos primários para exportação, com características meramente extractivas. Isto não é consistente com o objectivo de usar a agricultura para produzir produtos alimentares básicos e acessíveis à população a baixo custo.

RELAÇÃO ENTRE GERAÇÃO DE EMPREGO E PRODUÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES

Como foi referido na secção anterior, existe uma relação orgânica entre a produção de produtos alimentares e a geração de emprego, pelo que não podem ser vistos de forma isolada. Com esta secção pretende-se (i) abordar a relação entre os dois mecanismos de ligação entre a agricultura e a redução de pobreza, mostrando que estes devem ser vistos de forma articulada, diferentemente da visão do governo e (ii) apresentar os problemas que surgem ao olhar para o emprego e produção de produtos alimentares de forma separada.

A geração de emprego e a produção de produtos alimentares básicos estão mutuamente ligados. Para gerar e expandir o emprego é necessário que os salários nominais sejam competitivos. Para que o salário nominal seja competitivo e, ao

mesmo tempo, proporcionar condições de vida condignas para as pessoas que trabalham, de modo que a pobreza possa ser reduzida, é necessário que haja produção e disponibilidade de alimentos básicos, variados e a baixo custo a que as pessoas possam ter acesso.

Dada a relação orgânica entre estes dois mecanismos, a expansão de um em nenhum momento deve colocar em causa a expansão do outro, caso contrário haverá um desequilíbrio e o custo dos produtos alimentares básicos poderá aumentar e, como resultado, haverá uma pressão sobre os salários reais, com tendência a reduzir, e os rendimentos provenientes do emprego não vão ser redutores de pobreza. Isto poderá reflectir-se ou em instabilidade e conflito social ou em aumento dos salários nominais. Se o aumento dos salários nominais não for compensado, pelo menos, pelo aumento equivalente da produtividade do trabalho, os salários perderão competitividade porque o rácio salário/produto aumentará, e as empresas não terão interesse em expandir o emprego. A produção e circulação de alimentos básicos, diversificados, baratos e acessíveis permitem, simultaneamente, manter salários reais decentes e crescentes ao mesmo tempo que o salário nominal se mantém competitivo (portanto, é gerado emprego). O emprego será redutor de pobreza se os salários reais forem decentes e se houver aumento da produtividade. O aumento da produtividade permite reduzir os custos unitários da força de trabalho. Uma estratégia de geração de emprego em grande escala deve ser acompanhada por uma estratégia de produção intensiva e circulação de bens básicos de consumo a baixo custo para a população (Wuyts, 2001, 2011a, 2011b; Castel-Branco, 2012a; Ibraimo, 2012).

Evidências mostram que, por causa da abordagem dualista do governo, surgem conflitos entre estes dois mecanismos (geração de emprego e produção de comida), o que afecta o objectivo de reduzir a pobreza.

A primeira evidência de conflito está associada à disponibilidade de terra fértil e de água e o *trade off* entre a produção de produtos primários para exportação e a produção de produtos alimentares. Tem sido argumentado que Moçambique tem muita terra e muitos recursos hídricos, pelo que desenvolver uma agricultura comercial voltada para a produção de produtos primários para exportação não coloca em causa a produção de produtos alimentares. Este argumento não é verdadeiro, pois, em Moçambique, a expansão da produção agrícola é condicionada pelo acesso à força de trabalho. Por outro lado, a expansão da produção de culturas de rendimento para exportação implica menos terra fértil disponível para a produção de produtos alimentares e maior uso da água. Portanto, há uma substituição no uso da

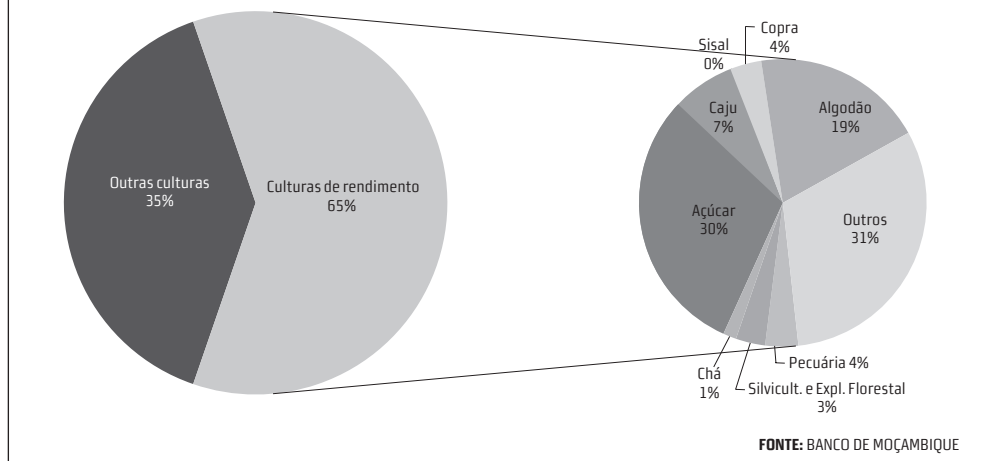
terra e, como consequência, a tendência será uma redução per capita da produção de comida (apesar de haver um aumento da produção agrícola).

O estudo de O'Laughlin & Ibraimo (2013) mostra que, em Xinavane e Magude, e actualmente em Moamba, está a ocorrer uma rápida expansão da produção de cana-de-açúcar por parte da Açucareira de Xinavane (AdX). Esta açucareira expandiu até certo ponto e continua a expandir, não com a terra da empresa, mas sim com o surgimento de associações locais e uma empresa. Como consequência, está a ocorrer uma substituição da produção de comida nas terras férteis para a produção de cana-de-açúcar. A zona baixa ao longo do Vale de Incomati, que é uma zona fértil, encontra-se ocupada por plantações de cana-de-açúcar. Portanto, a conversão do Vale do Incomati para a produção da monocultura da cana-de-açúcar aumentou a vulnerabilidade das famílias às alterações de preços nos mercados internacionais de produtos, não só para o açúcar mas também para os alimentos básicos. Também reduziu a variedade de actividades alternativas para obtenção de rendimento dos pequenos produtores, cuja subsistência depende actualmente de um leque de actividades incluindo a pesca, a criação de gado, a exploração de produtos nos mangais e a produção de alimentos em sistema de regadios. Pode estar-se a gerar emprego, mas este não será suficiente para reduzir a pobreza, pois o efeito deste rendimento será anulado pela subida dos preços da comida, e a dependência das pessoas em relação ao mercado dos produtos alimentares aumenta e torna as pessoas mais vulneráveis.

A segunda evidência deste conflito é o investimento que tem sido alocado para a produção de culturas para exportação. O investimento na agricultura expande, apesar de ser em pequenas proporções. Esta expansão não ocorre na produção de produtos alimentares básicos, mas sim nos sectores extractivos, ou seja, nos produtos para exportação, como são os casos do tabaco, do algodão, das florestas e fauna bravia e do açúcar.

A terceira evidência deste conflito está relacionada com o crédito alocado pelo sistema financeiro para a agricultura. O debate que surge é de que o sistema financeiro não aloca crédito para a actividade agrícola. Embora em pequenas proporções, o sistema financeiro tem alocado crédito para a agricultura, mas tem sido, em grande medida, para a agricultura comercial voltada para a produção de produtos primários para exportação. O Gráfico 2 mostra a alocação de crédito para a agricultura, por actividade no período de 2003-2012. Com este gráfico constata-se que 69% do crédito alocado para a agricultura foi para financiar a produção de culturas de rendimento.

GRÁFICO 2 ALOCAÇÃO DE CRÉDITO PARA AGRICULTURA, POR ACTIVIDADE (2003-2012)



Portanto, enquanto a questão de análise for dualista, isto é, a produção de alimentos e a geração de emprego vistos de forma separada, poderá comprometer o objectivo de redução da pobreza.

CONDIÇÕES DE EMPREGO

Como foi apontado ao longo deste artigo, na visão do governo, um dos mecanismos através dos quais a agricultura poderá contribuir para a redução da pobreza é o da geração de emprego com base no desenvolvimento de uma agricultura voltada para a produção de produtos primários para exportação. O facto de esta agricultura, desenvolvida em sistemas de monocultura, ser intensiva em trabalho é visto pelo governo como uma oportunidade para gerar emprego assalariado em grande escala e, também, para criar dinâmicas de redução de pobreza através dos rendimentos monetários que poderão advir do emprego. Com esta abordagem, verifica-se que a ligação directa entre geração de emprego e redução da pobreza continua sendo visto como directa, linear e automática. Algumas questões que têm sido pouco levantadas, mas que são relevantes e que esta secção pretende discutir são (i) as condições em que o emprego é gerado e (ii) porque constituem as precárias condições de emprego um problema para o objectivo de reduzir a pobreza. Esta secção argumenta que a geração de emprego não reduz necessariamente a pobreza, pelo que é importante olhar para as condições de emprego.

Apesar de o desenvolvimento da agricultura focada na produção de produtos primários para exportação ter um potencial de geração de emprego e, como consequência, criar rendimentos monetários para os trabalhadores, não pode ser visto como mecanismo directo para a redução de pobreza. As condições em que estes empregos são criados desempenham, também, um papel muito importante na ligação entre emprego e redução de pobreza. Estas dão, ou tiram, ao trabalhador mais ou menos porções do seu rendimento (gerado pelo seu trabalho), o que influencia o salário real dos trabalhadores. Melhorias nas condições de trabalho, por exemplo, o investimento na formação e qualificação da mão-de-obra podem contribuir para o aumento da produtividade e para a expansão do emprego. Questões ligadas à organização da produção também são relevantes, pois a forma como a produção está organizada tem efeitos na saúde dos trabalhadores (O’Laughlin & Ibraimo, 2013).

Um dos grandes problemas associados à produção de monocultura é a geração de emprego sazonal que é caracterizado por precárias condições de trabalho e baixa remuneração, o que leva à instabilidade da força de trabalho. Portanto, dada as características do emprego sazonal, apesar de este constituir uma importante fonte de rendimento e de sobrevivência, do ponto de vista real e de longo prazo, até certa medida este tipo de emprego expõe os trabalhadores e seus dependentes à vulnerabilidade. Por exemplo, olhando para a questão da ausência de protecção social, verifica-se duas fragilidades: (i) a maior parte dos trabalhadores sazonais não se encontra inscrita no sistema nacional de segurança social e (ii) com a sazonalidade, estes não conseguem acumular rendimentos suficientes para investir em actividades económicas de forma a diversificar as suas fontes de rendimento e fazer poupança (Cramer & Pontara 1997; Massingarella *et al.*, 2005).

O estudo de O’Laughlin & Ibraimo (2013) mostrou que o facto de os trabalhadores sazonais nas plantações de cana-de-açúcar em Xinavane e Magude terem emprego não significa que o seu rendimento mensal será automaticamente o previsto no seu contrato de trabalho. Tomando como exemplo os cortadores de cana, que são trabalhadores sazonais com contratos de seis meses (válidos durante o período da campanha), em média, o seu salário mensal é calculado com base no salário diário, isto é, multiplica-se o número de dias efectivamente trabalhados pelo salário diário. Como estes trabalham por empreitadas, existem dias em que alguns trabalhadores não têm acesso a uma empreitada e, como consequência, ficam com menos um dia de salário.

CONCLUSÕES

O objectivo do governo de reduzir a pobreza com base na agricultura, através da produção de produtos alimentares básicos e da geração de emprego, está condicionada pela sua abordagem. Portanto, enquanto não se reconhecer a relação orgânica entre a produção de alimentos e a geração de emprego, continuando estes a ser vistos de forma isolada, dificilmente se poderá alcançar o objectivo de reduzir a pobreza com base na agricultura. O artigo também conclui que, ao tratar destes dois mecanismos de forma separada, surgem alguns conflitos que afectam a redução da pobreza. Dentre os conflitos destacam-se a alocação de terra fértil da produção de comida para a produção de culturas de rendimentos voltadas para a exportação e o uso da água para produção de culturas de rendimento. Destaca-se também a alocação de crédito e investimento para a produção de produtos primários para exportação. Como consequência, verifica-se a redução per capita da produção de produtos alimentares, gerando pressões para a subida de preços dos bens básicos de consumo. Como a maior parte da população é pobre e gasta a maior parte do seu rendimento no consumo, o seu poder de compra reduz-se, tornando-a susceptível de cair na pobreza.

Um outro problema identificado neste artigo é a inconsistência entre os objectivos da política pública para a redução da pobreza e as dinâmicas de acumulação em Moçambique. Os documentos da política e a realidade tendem a não convergir. Este facto influencia os canais de transmissão para a redução de pobreza afectando o alcance deste objectivo.

REFERÊNCIAS

- Castel-Branco, C.N. (2010) “Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique”. In: L. de Brito *et al.* (ed.) *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo, IESE. pp. 19– 109.
- (2011) “Desafios de Mobilização de Recursos Domésticos: Revisão Crítica do Debate”. In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2011*. IESE. Maputo. pp. 11-131.
- (2012a) “PARP 2011-2014: Contradições, Tensões e Dilemas”. In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2012*. IESE. Maputo, IESE. pp. 105-115.

- (2012b) *Pensando nos “paradoxos” da economia de Moçambique de uma perspectiva de economia política: o sistema extractivo e poroso de acumulação. Palestra para Comité de Conselheiros da Agenda 2025.* 28 de Fevereiro de 2012. Maputo.
- Castel-Branco, C.N. & Mandlate, O. (2012) “Da economia extractiva à diversificação da base produtiva: O que pode o PARP utilizar da análise do modo de acumulação em Moçambique?” In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2012.* Maputo, IESE. pp. 117-144.
- Cramer, C. & Pontara, N. (1997) *Rural Poverty and Poverty Alleviation in Mozambique: What’s Missing from the Debate.* SOAS.
- GdM (2006) *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta.*
- (2010) *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005.*
- (2011) *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014.* Disponível em: www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt.
- Ibraimo, Y. (2012) “Reflexões Sobre Emprego e Redução da Pobreza no PARP: Desafios para uma Abordagem Alternativa”. In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2012.* IESE. Maputo, IESE. pp. 373-383.
- Massingarela, C., Nhate, V. & Oya, C. (2005) *Mercados Rurais de Emprego em Moçambique: Um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de Manica, Namputa e Zambézia.* Maputo. Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- Mosca, J. & Selemene, T. (2012) “Mega-Projectos no Meio Rural, Desenvolvimento do Território e Pobreza: O Caso de Tete”. In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2012.* Maputo, IESE. pp. 231-255.
- MPD (2010) *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional.* Maputo, MPD, DNEAP.
- O’Laughlin, B. & Ibraimo, Y. (2013) “A Expansão da Produção de Açúcar e o Bem-Estar dos Trabalhadores Agrícolas e Comunidades Rurais em Xinavane e Magude”. *Cadernos IESE* n.º 12P. Maputo, IESE.
- Oya, C. (2012) “Crise Global, Crescimento e Desafios para Moçambique e sua Estratégia de Desenvolvimento”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2012.* Maputo, IESE. pp. 387-409.
- Wuyts, M. (2001) “Informal economy, wage goods and accumulation under structural adjustment theoretical reflections based on the Tanzanian experience”. *Cambridge Journal of Economics*, 25, 417-438.

- (2011a) “Será que o Crescimento Económico é Sempre Redutor da Pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique”. *Boletim IDeLAS* n.º 35P. Maputo, IESE.
- (2011b) *The Working Poor: A Macro Perspective. Valedictory Address as Professor of Applied Quantitative Economics*. 8 December, 2011 at the Insitute of Social Studies, The Hague, The Netherlands. Disponível em: http://www.iss.nl/fileadmin/ASSETS/iss/Documents/Academic_publications/MarcWwuyts_valedictory.pdf.

